

**FABIANI MARIA HERTMANN MOREIRA**

**A TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: DA COLÔNIA  
À REPÚBLICA VELHA**

Monografia apresentada como  
requisito parcial para a conclusão do  
Curso de Ciências Econômicas da  
UFPR.

Prof. Orientador: Maurício A. Serra

**CURITIBA  
2004**

## TERMO DE APROVAÇÃO

FABIANI MARIA HERTMANN MOREIRA

Monografia apresentada ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharelado em Ciências Econômicas nesta  
Universidade



---

Professor Maurício Aguiar Serra – Setor de Ciências Sociais Aplicadas – UFPR



---

Professora Adriana Sbicca Fernandes – Setor de Ciências Sociais Aplicadas – UFPR



---

Professor Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho - Setor de Ciências Sociais Aplicadas – UFPR

Curitiba, 2004

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	01
<b>RESUMO</b> .....	02
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	03
<b>CAPÍTULO I : A INDÚSTRIA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL</b> .....	05
1.1A CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA.....	05
1.1.1 Os Ciclos Econômicos.....	08
1.1.1.1 O Ciclo do Açúcar.....	09
1.1.1.2 O Ciclo da Mineração.....	10
1.2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL NO PERÍODO COLONIAL.....	11
1.2.1 A Industrialização do Brasil e dos Estados Unidos: Uma Comparação.....	13
1.3 OS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS.....	16
<b>CAPÍTULO II : O BRASIL IMPÉRIO E A INDÚSTRIA NACIONAL</b> .....	18
2.1 A CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA.....	18
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL NO IMPÉRIO.....	20
2.2.1 O Ciclo do Café.....	23
2.3 OS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS.....	25

<b>CAPÍTULO III : A INDÚSTRIA NA REPÚBLICA VELHA</b> .....	28
3.1 A CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA.....	28
3.2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	29
3.2.1 A Relação do Setor Cafeeiro com o Crescimento da Indústria Brasileira.....	31
3.2.2 A Industrialização Brasileira a partir da Primeira Guerra Mundial até 1930.....	34
3.3 OS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS.....	42
<b>CONCLUSÃO</b> .....	45
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	47

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	MOVIMENTO COMERCIAL.....	07
TABELA 2	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS CÍCLICOS 1820-1930 .....	08
TABELA 3	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES.....	19
TABELA 4	EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO PERÍODO IMPERIAL.....	19
TABELA 5	COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL POR DECÊNIOS (1821-1890).....	22
TABELA 6	EXPORTAÇÕES DE CAFÉ.....	24
TABELA 7	PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA.....	31
TABELA 8	IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS TÊXTEIS ENTRE 1893-1939.....	33
TABELA 9	INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL.....	34
TABELA 10	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO SEGUNDO O USO E IMPORTAÇÕES COMO PERCENTUAL DA OFERTA TOTAL EM 1919.....	37
TABELA 11	MODIFICAÇÕES NO QUANTUM DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	38
TABELA 12	PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ.....	41
TABELA 13	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR OCUPAÇÃO.....	43

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar a evolução da indústria brasileira desde o período colonial até a república velha. Este trabalho está estruturado em três capítulos sendo que o primeiro capítulo será comentado sobre **A indústria Brasileira no Período Colonial**, no segundo capítulo **O Brasil Império e a Indústria Nacional** e no terceiro capítulo **A Indústria na República Velha**. Levando em consideração o contexto histórico de cada período, nos três capítulos a discussão estará centrada no desenvolvimento da indústria nacional. Para esse debate, serão tratados, no início de cada capítulo, os aspectos socioeconômicos e as suas influências no desenvolvimento industrial nacional. No transcorrer dos capítulos, serão comentadas as atividades industriais desenvolvidas, e as políticas adotadas pelos governos para o progresso das indústrias brasileiras. Para concluir, serão abordadas as causas para o não desenvolvimento industrial nos períodos citados.

## INTRODUÇÃO

No período colonial as indústrias que existiam eram artesanais, domésticas e localizadas em torno dos engenhos ou das fazendas e tinham como finalidade a confecção de artigos de consumo interno. Ao lado dela, pode assinalar-se apenas a construção de navios e tentativas de indústria siderúrgicas, mas ainda em bases artesanais. A falta de capitais e de técnicas foram os fatores negativos mais importantes. A política econômica aplicada não incentivava o desenvolvimento da indústria, para cuidar dos interesses da Metrópole, chegando-se à proibição integral da indústria em 1785, e os interesses convencionados pelos tratados com a Inglaterra.

O período de liberalização, iniciado em 1808, (abertura dos portos, permissão da indústria local) abriu novas perspectivas mas as primeiras tentativas de D. João VI para a implantação de uma siderurgia fracassaram. Os tratados assinados em 1810 entre Inglaterra e Portugal, embora um deles seja de comércio e navegação, o outro de amizade e aliança tiveram grande repercussão para o não desenvolvimento industrial.

Tal concessão impediu o desenvolvimento industrial no Brasil, pois seus produtos não podiam concorrer com as mercadorias inglesas vendidas a preços muito mais baixos, dando a Inglaterra a possibilidade de conquistar inteiramente o mercado brasileiro e permitindo que as fazendas de algodão inglesas competissem com as outras vindas da Ásia, abrindo-se aqui importante mercado para as manufaturas de algodão.

As políticas liberalistas, adotadas também pelo regime imperial, juntamente com as condições gerais da economia como a falta de mão-de-obra especializada e de mercado interno consumidor fez com que nas primeiras décadas do império não houvesse um desenvolvimento industrial.

Somente em 1850 com o fim do tráfico negreiro é que pode proporcionar um impulso maior graças a liberalização dos capitais até então deixados naquele negócio, aos quais se juntaram capitais estrangeiros, proporcionando o mínimo de infra-estrutura necessário para o desenvolvimento industrial .

A passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado foi importante para a economia brasileira. Foi através dessa imigração, que criou um mercado interno de alimentos e produtos industriais de consumo corrente, abrindo, dessa forma, excelentes oportunidades de inversão, tanto para o desenvolvimento de uma agricultura quanto para a indústria. Entretanto, com a introdução do café na economia brasileira para produtos de exportação, é que houve um maior desenvolvimento industrial, sendo que através deste produto pode-se acumular um capital que antes não existia. crescimento do mercado interno graças a elevação das rendas por ele atribuído

O impulso definitivo da industrialização fruto da elevação das rendas, do influxo de capitais estrangeiros e da implantação do espírito capitalista veio através da primeira guerra mundial, que pela interrupção das correntes comerciais e pela queda do câmbio proporcionou forte proteção à indústria nacional



## **CAPITULO I – A INDÚSTRIA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL**

O objetivo deste capítulo é demonstrar o desenvolvimento da indústria nacional no período colonial e como ela decorreu neste período. Serão abordados aspectos da economia e da sociedade e o que esses aspectos influenciaram no desenvolvimento industrial. Será feita uma análise dos principais ciclos econômicos e a sua participação no desenvolvimento industrial. Num segundo momento, serão verificados quais foram os ramos industriais que se desenvolveram e as políticas que influenciaram esse desenvolvimento. Levando em consideração o contexto histórico, será feita uma comparação entre o desenvolvimento industrial americano e o desenvolvimento industrial brasileiro, citando as diferenças dessa industrialização. Para finalizar será abordado o problema enfrentado pela indústria brasileira para se desenvolver e quais foram as conseqüências para a mesma.

### **1.1 A CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA**

O Brasil, como os demais países da América Latina e, também, os da África e da Ásia, surge na História do Ocidente quando da expansão nos séculos XV e XVI. Este fato provoca nestes territórios profundas mudanças quantitativas e qualitativas. O modo de colonização utilizado por estes países era apenas para a obtenção de riquezas e lucros não visando o seu desenvolvimento, mas sim, o enriquecimento dos grupos dominantes da Europa, sendo este modo de colonização denominado de “colonização por exploração.”<sup>1</sup> (BRUM, 1985)

A colonização do Brasil é dirigida oficialmente pelo governo português e processa-se, no decorrer de três séculos, sob a influência dominante dos interesses do capitalismo mercantil (BRUM, 1985). Esta colonização deu-se dentro do processo de formação do capitalismo europeu, onde este, através da filosofia mercantilista tira proveito da colônia através dos recursos naturais que ela dispõe.

---

<sup>1</sup> A ocupação da terra pelos portugueses dá-se pelo processo de colonização por exploração onde a sociedade não se organiza, é organizada, e está em função das necessidades e interesses e ações dos outros (Brum, 1985:20).

O modo pelo qual o Brasil foi colonizado não foi diferente das demais colônias de exploração, tendo a Metrópole um único objetivo criar uma economia primário exportador onde o principal beneficiário seria ela mesma, ou seja, Portugal.

Antes da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil o único objetivo da Metrópole com relação a sua colônia, era explorar as suas riquezas naturais, apropriar-se do que ela possuía de comerciável no mundo civilizado, despojá-la de tudo que pudesse proporcionar lucro na Metrópole. Nada mais do que isso interessava. E essa foi, com efeito, a política posta em prática durante os três séculos de domínio português no Brasil (LIMA, 1961).

Para PRADO JÚNIOR (1977), a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.

À medida que a população colonial foi crescendo e diversificando suas atividades e ocupações, a política de restrições econômicas por parte da Metrópole se acentuou. Foi proibido o cultivo da vinha, da oliveira, da pimenta, da canela e de outras culturas que interferiam no comércio de Portugal com o Oriente. A fabricação do ferro foi uma das poucas atividades que foram incentivadas na Colônia, dada a insuficiência da produção portuguesa e a necessidade desses artefatos na extração de ouro aqui no Brasil.

Em 1640, Portugal tornou-se independente da dominação espanhola, entretanto, esta independência política trouxe uma dependência econômica que iria influenciar no Brasil. Esta dependência veio através das várias alianças que Portugal fez com outras nações Européias, principalmente com a Inglaterra, sendo que em muitos desses acordos Portugal saiu prejudicado. Entre esses acordos o mais importante foi o Tratado de Cromwell, em 1654, o qual dispunha que os impostos de alfândega a serem cobradas pelas mercadorias inglesas entradas em Portugal não excederiam a 23% de seu valor.

Entretanto, foi com o Tratado de Methuen em 1703, que a dependência de Portugal em relação à Inglaterra tornou-se mais evidente. Este tratado estabelecia um mecanismo de dominação econômica que acabou por transferir para a Inglaterra quase todas as riquezas que os portugueses arrancavam da colônia, este acordo permitia as embarcações britânicas comercializar com as colônias lusitanas. No caso do Brasil, excluía-se apenas o tráfico de bacalhau, farinha de trigo, vinho, azeite e pau-brasil, que eram monopólios da companhia geral de comércio do Brasil. A cada ano aumentava o número de negociantes britânicos estabelecidos no reino. O último tratado permitia-lhes residir nos portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Através da tabela abaixo é verificada a influência do monopólio português na economia brasileira, sendo que a balança comercial no período colonial sofreu vários déficits decorrido de grande volume de importação de produtos manufaturados para o Brasil e exportação de bens primários para Portugal.

Tabela 1: Movimento Comercial 1796 –1811

Ano	Importação Colônia para a Metrópole	Exportação Metrópole para a Colônia
1796	13.414.265\$038	7.527.648\$713
1797	5.519.870\$608	9.651.734\$406
1798	12.802.090\$872	12.418.654\$675
1799	15.169.305\$719	20.458.608\$483
1800	14.850.936\$376	13.521.110\$817
1801	17.527.723\$934	13.133.542\$148
1802	12.966.553\$680	12.800.313\$175
1803	14.193.353\$435	12.741.308\$922
1804	13.579.874\$717	14.905.960\$519
1805	15.843.481\$445	12.245.019\$147
1806	16.103.966\$250	11.313.313\$554
1807	16.968.810\$061	10.348.602\$741
1808	614.857\$782	1.694.187\$512
1809	5.857.754\$930	3.911.194\$516
1810	3.949.320\$962	3.811.220\$063
1811	5.304.266\$468	3.479.940\$500

FONTE: NOVAIS, 1985

### 1.1.1 OS CICLOS ECONÔMICOS

Durante quatro séculos a economia do Brasil funcionou através dos interesses externos, sendo a produção e a exportação centralizadas nos produtos de maior rentabilidade de cada época. Esta dependência econômica pode ser verificada, através da tabela 2, nos diversos ciclos econômicos que o Brasil teve neste período.

**TABELA 2: EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS CÍCLICOS EM ALGUNS DECÊNIOIS NO PERÍODO DE 1820-1930 (%)**

PERÍODO	CAFÉ	ALGODÃO	CACAU	BORRACHA	AÇÚCAR
1821-1830	18,6	19,9	0,4	0,1	32,2
1861-1870	45,2	18,3	0,9	3,1	12,0
1891-1900	63,8	2,4	1,5	15,8	5,6
1901-1910	51,4	2,1	2,8	27,9	1,2
1921-1930	69,5	2,4	3,1	2,5	1,4

FONTE: BRUM, 1985

Segundo BUESCU (1974), o ciclo pode ser definido como o período em que determinado produto, beneficiando-se da conjuntura favorável do momento, se constitui no centro dinâmico da economia, atraindo as forças econômicas—capitais e mão-de-obra – e provocando mudanças em todos os outros principais setores da sociedade, como na criação de novas atividades, no uso de equipamentos, na distribuição das rendas, na constituição das classes sociais, com o declínio de umas e ascensão de outras . Geralmente, embora não necessariamente, o ciclo se caracteriza pela supremacia de determinado produto de exportação.

Para BRUM (1985), o fato de a economia brasileira ter evoluído através de ciclos econômicos sucessivos e às vezes superposto revela uma realidade profunda do processo econômico brasileiro que se desenvolve nas condições de economia incipiente colonial, dependente e mercantilista, mesmo quando, a partir do século XIX, o mercantilismo é superado no mundo europeu.

Por este motivo, a economia brasileira, nos primeiros quatro séculos, esteve predominantemente voltada a atender à demanda externa, sem que houvesse preocupação efetiva em orientar a produção para a satisfação das necessidades essenciais do país. Esta se tornava uma economia primária voltada para fora e comandada de fora, conforme o interesse externo e atendendo internamente os interesses do latifúndio e do comércio exportador e importador, cuja aliança dominava a sociedade submissa e impotente.

#### 1.1.1.1 O CICLO DO AÇÚCAR

Inicialmente a economia brasileira estava baseada no extrativismo, principalmente a do pau-brasil, entretanto, este produto teve uma curta duração, aproximadamente os primeiros 30 anos de colonização, com isso, Portugal teve a necessidade de introduzir um produto de alta rentabilidade na economia brasileira, com o objetivo de induzir o povoamento. Este produto era a cana-de-açúcar muito utilizada pelos europeus e escassa no mercado internacional, por isso, de alta lucratividade. Através de vários privilégios oferecidos aos Donatários pela Coroa Portuguesa, o objetivo de povoar o Brasil foi alcançado. Entretanto, este colono europeu, veio ao Brasil com o intuito de ser o Senhor dos engenhos de cana-de-açúcar e não de trabalhar nas plantações deste produto. Criou-se um problema para Portugal, a falta de mão-de-obra para trabalhar nos canaviais. Este problema foi solucionado através da escravização de Índios num primeiro momento e logo em seguida na escravização dos negros.

Através da introdução do açúcar no Brasil foi possível formar uma sociedade a qual anteriormente não existia, a da aristocracia rural, que iria por vários séculos dominar tanto a política econômica quanto a sociedade brasileira. Essa sociedade era organizada dentro dos moinhos-de-engenho, sendo os donos do engenho fazendeiros de amplos recursos econômicos e força política. Abaixo dos fazendeiros, havia uma classe a qual era organizada em torno do engenho e vivia da economia de cana-de-açúcar, entretanto, pelas baixas rendas e pela dependência econômica e política, esta classe estava mais próxima de ser um semiproletariado do que uma classe média e por último estavam os escravos.

O Brasil colônia teve um período de grande produtividade comparado com outras nações. Conforme ROBERTO SIMONSEN (1939), em meados do século XVII, a exportação de açúcar do Brasil gerava em torno de 3 milhões de libras anuais sendo que as exportações de todos os produtos ingleses não alcançavam este valor. No século XVIII, onde não havia máquinas e os trabalhos eram feitos com utensílios rudimentares, o Brasil exportou para a Europa um volume de ouro equivalente a 50% de todo o ouro produzido no mundo, nos três séculos anteriores e iguais a toda a produção apurada na América de 1493 a 1850. Entretanto, essa prosperidade teve um curto período, pois com a criação do vapor e da máquina houve a substituição da economia primária para a manufatureira ocorrendo assim o início da indústria manufatureira.

A produção açucareira sofreu duas grandes crises durante o período colonial, sendo que a primeira foi através da ocupação holandesa no Brasil no período de 1630 a 1654. A guerra pela sua expulsão, gerou vários malefícios para economia brasileira neste período. A segunda crise veio através do descobrimento do ouro no início do século XVIII, sendo que neste período, ocorreu uma migração da mão-de-obra da agricultura para a mineração ocasionando falta de mão-de-obra nos moinhos de engenho.

#### 1.1.1.2 O CICLO DA MINERAÇÃO

Embora este ciclo tenha durado um curto período, foi através dele que foi possível povoar o interior do país e ser criada uma classe média. Essa classe, após a queda do surto da mineração, veio engrossar o semiproletariado rural ou mesmo a classe média das cidades. Nesse período, houve um aumento de escravos pela necessidade de mão-de-obra na mineração.

Com uma classe média incipiente e vida urbana reduzida, a estrutura social ficava em linhas gerais a mesma, baseada na propriedade rural e registrando, ao lado dos grandes fazendeiros, a classe intermediária dos escravos. A estrutura social oferecia recompensa ao sucesso econômico, mas essa recompensa,

continuava restrita ao grupo superior que, detento do poder político, defendia os privilégios adquiridos. As flutuações de renda dessas classes, em vários níveis, constituíram fatores de insegurança e instabilidade econômica, que minaram o mercado interno e as outras estruturas sociais, repercutindo sobre as atitudes individuais perante o fenômeno econômico.

## 1.2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL NO PERÍODO COLONIAL

A economia brasileira no período colonial visava a produção de açúcar, ensaio da exploração metalúrgica com fundições de ferro, fabricação doméstica de tecidos de algodão, construção naval e pequenas oficinas de artífices e é este o panorama manufatureiro que oferece o Brasil no período da dominação colonial (BRUM, 1985).

Para LIMA (1961:94), o início do processo de industrialização colonial brasileira pode ser dividido em duas partes

A indústria de exportação a qual deu-se início com os produtos primários sendo estes enviados diretamente para a Metrópole e com a indústria têxtil a qual era indispensável para o bom desenvolvimento da colônia. A indústria primária exportadora possuía vários produtos que interessavam o mercado externo, sendo o açúcar o principal produto. Tomando-se a palavra indústria no sentido da elaboração da matéria-prima e apresentação no mercado de um produto já acabado, pronto para o consumo imediato, o açúcar é o primeiro ramo industrial que já existiu entre nós, não somente do ponto de vista cronológico, como também pela expansão que adquiriu e importância que ocupou no passado, chegando a ser artigo básico, tanto na produção quanto na exportação.

Segundo SIMONSEN (1939), o século XIX, o qual marcou a expansão do vapor e da máquina, vieram dar um grande desenvolvimento as indústrias manufatureiras, promover uma nova e acentuada divisão mundial do trabalho, formando as compactas concentrações industriais, junto aos grandes centros produtores de combustíveis, que podiam também dispor de fácil acesso as minas de ferro.

No Brasil também se desenvolveu alguma manufatura, fábricas e oficinas de artesãos de pequeno porte onde era utilizada mão-de-obra familiar. Com o passar do

tempo, algumas cresceram e tornaram-se indústrias como a de metalurgia, têxtil dentre outras. A indústria de ferro se desenvolveu em Minas Gerais, onde o ferro era muito abundante, sendo que a primeira fábrica no Brasil data do século XVI. Quase todo o material utilizado por esta indústria era importado, apesar da abundância de ferro que existia no país, isso se dava graças às poucas e precárias estradas que existiam na época, tornando o aço nacional mais caro que o que vinha do exterior. A primeira indústria moderna brasileira surge no setor têxtil, devido a já existência de um mercado interno para os tecidos, o que não ocorria em outros setores.

A construção naval também teve a sua importância pois reunia um grande número de trabalhadores. A divisão de trabalho, era bem acentuada, chegando a exigir trabalhadores especializados para a realização de algumas tarefas. Através dessa indústria, surgiram pequenas manufaturas para suprir suas necessidades. Além dos setores metalúrgico, têxtil e naval existiram outras atividades que podem ser consideradas importantes setores industriais e manufatureiros. Pode-se citar como exemplo a produção de charque e de gêneros alimentícios, de chapéu, de móveis, de couro, construção civil dentre outros, que apesar de serem constituídas em sua maioria de pequenas indústrias elas também eram muito importantes para a economia interna brasileira.

Para LIMA (1961), o traço fundamental da economia colonial é a sua divisão em dois ramos nitidamente diferenciados: os artigos de exportação, compostos de produtos raros da Europa, típicos das regiões tropicais, de alto valor comercial, portanto lucrativos, e a produção subsidiária ou ancilar, caracterizada pelos gêneros de alimentação.

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808 houve várias tentativas para industrializar o país com o objetivo de torná-lo o centro do império Português. Algumas medidas foram tomadas em prol do desenvolvimento industrial tendo como início a abertura dos portos. Conforme LUZ (1961:14), "...revogava o Príncipe D. João pelo alvará de 1º de abril de 1808, inaugurar, no Brasil, a era industrial com o objetivo de multiplicar a riqueza nacional, promover o desenvolvimento demográfico e dar trabalho a um certo elemento da população que não se acomodava à estrutura



socioeconômica vigente, estrutura que se definia, essencialmente pelo regime escravocrata.”

Entretanto, todas as tentativas utilizadas para industrializar o Brasil iriam tornar-se sem efeito, segundo **FURTADO** (2003), vêm em seguida os tratados de 1810 que transformaram a Inglaterra em potência privilegiada, com direitos extraterritoriais e tarifas preferenciais a níveis extremamente baixos. Tratados esses que constituirão, em toda a primeira metade do século, uma séria limitação à autonomia do governo brasileiro no setor econômico. Entregavam-se às manufaturas inglesas o mercado brasileiro, inutilizando todos os esforços despendidos, anteriormente, a favor das fábricas nacionais.

### **1.2.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS: UMA COMPARAÇÃO**

Embora os Estados Unidos tenha sido colonizado no mesmo período que o Brasil e colônia da sua **Metrópole** – Inglaterra – o modo pelo qual foi colonizado e as circunstâncias para o seu desenvolvimento industrial foram muito distintas comparando com a do Brasil.

Segundo **BRUM** (1985), os americanos não foram colonizados oficialmente pela Inglaterra mas por britânicos que abandonaram ou renegaram sua pátria por se sentirem perseguidos por motivos políticos ou religiosos e foram para a América do Norte em busca de um lugar melhor onde pudessem viver em sociedade e liberdade. Neste caso, a sociedade assume a sua vida e decide o seu destino, gerando suas próprias formas de organização e sendo capazes de alterá-las de acordo com as suas necessidades, interesses e ações. No caso brasileiro, a sociedade não se organiza era organizada e vivia em função das necessidades, interesses e ações dos outros.

A colonização americana, apesar de também sofrer com uma política restritiva do império inglês, obteve condições favoráveis para a sua industrialização após a

independência. Com condições naturais favoráveis, uma concentração demográfica em uma faixa restrita, a descoberta quase junto do carvão de pedra e das jazidas de minério de ferro, um alto grau de cultura técnica e objetiva dos primeiros colonizadores dentre outros fatores, fizeram com que ao se tornarem independentes, já entrassem na atividade manufatureira, sendo amparados pela política de proteção aduaneira.

Os EUA, mesmo sendo colônia, não teve a mesma aplicação de medidas restritivas que outras colônias tiveram no período mercantilista. Para FURTADO (2003), isso veio a ocorrer pelo fato de que o sistema de agricultura de exportação não dera os resultados esperados pela Inglaterra. Por esse motivo a Inglaterra adotou algumas políticas com relação aos EUA diferente daquelas utilizadas pelas suas colônias sendo elas as seguintes: desenvolver nas colônias do norte aquelas indústrias que não competissem com a **Metrópole**, permitindo a esta reduzir suas importações de outros países; não permitir que a produção manufatureira dos mesmos nos demais setores concorresse com as indústrias da **Metrópole** em outros mercados coloniais.

Segundo o autor, ao surgir nos Estados Unidos, no final do século XIX, o protecionismo como sistema geral de política econômica, as bases da sua economia já estavam consolidadas, sendo que, em 1789, quando surgiu a primeira tarifa norte-americana os tecidos de algodão pagavam apenas 5% sendo que a média para as demais mercadorias era de 8,5%, com a consolidação da indústria têxtil em 1808 a tarifa para tecidos de algodão já alcançava 17,5%.

No período que os Estados Unidos tornou-se independente, possuía a mesma quantidade de população da do Brasil, entretanto, havia imensas diferenças sociais tanto na parte econômica quanto na política. A classe dominante que governava o Brasil era a dos agricultores escravistas, que não queriam o desenvolvimento industriai para não prejudicar as exportações de produtos primários, já, nos Estados Unidos, a classe dominante era a dos comerciantes, onde tinham como prioridade o desenvolvimento industrial como forma de crescimento econômico.

Tanto a guerra da independência quanto os transtornos políticos que ocorriam na Europa criaram estímulos à produção interna, conforme FURTADO, em seu livro *Formação Econômica do Brasil* (2003), durante muitos anos os EUA foram a única potência neutra que dispunha de uma grande frota mercante. Com as dificuldades de abastecimento europeu, as Antilhas inglesas e francesas voltam-se para o mercado norte-americano de alimentos. Para que se tenha idéia dessa prosperidade, basta ter em conta que de 1789 a 1810 a frota mercante norte americana cresceu de 202 mil para 1.425.000 toneladas, sendo todos esse barcos construídos no país.

Para SIMONSEN (1939), o desenvolvimento industrial americano deu-se graças aos seguintes fatores: grandes minas de carvão e minérios de ferro aos quais eram abundantes e baratos ficavam localizados próximos aos combustíveis, dando um acentuado incremento à siderurgia; a amenidade do seu clima e a maior proximidade do continente europeu, favoreciam a cultura e a exportação de cereais, de que careciam os centros industriais da Europa; o aparelhamento econômico e mecânico facilitava as grandes culturas do Vale do Mississipi e das regiões sul e sudoeste, para a produção econômica de grandes massas de algodão, absorvidas pelas manufatura inglesas; múltiplas riquezas naturais, sem paridade em qualquer outra parte do mundo, convidavam os colonos europeus a uma vantajosa exploração das regiões da América do Norte; as guerras, as lutas políticas da Europa e condições auspiciosas de clima favoreciam, durante o século XIX, as enormes correntes imigratórias, de bons elementos europeus, aumentando consideravelmente a capacidade produtora e consumidora dos Estados Unidos.

Todas essas circunstâncias, auxiliadas ainda por forte política protecionista, facilitavam, em fins do século XIX, a constituição da maior potência industrial do mundo, sendo que, o Brasil, nesse mesmo período, havia sido reduzido à posição de simples produtor de artigos agrícolas, de caráter nitidamente tropical, lutando com fatores adversos de toda a ordem, a fim de poder aspirar a melhores índices de enriquecimento desejados por seu povo e pelos seus governos.

### 1.3 OS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA

A industrialização brasileira se deu inicialmente de forma muito lenta. As atividades econômicas, durante os três primeiros séculos da colonização, eram limitadas à produção de gêneros alimentícios e da mineração sendo estes destinados ao mercado europeu. Os únicos tipos de indústria que surgiram, tais como a metalúrgica, a tecelagem, a construção naval, o setor alimentício e o de couro, eram praticadas em proporções muito mais restritas e estavam voltadas para as necessidades de Portugal ou para o abastecimento colonial.

De acordo com **SIMONSEN** (1977), pela própria natureza da formação brasileira e da época que ocorreu a maior atividade econômica do Brasil colonial, não poderiam ter surgido manufaturas de valor. A colônia era escassamente povoada, os transportes eram difíceis e o regime de exploração da terra era essencialmente patriarcal, apoiado no braço escravo.

A condição de atividade secundária da indústria brasileira, resultou principalmente do fato que, o Império Português aplicou à sua colônia o princípio da colonização por exploração. Isso significava que o Brasil, em vez de existir em função própria, existia para possibilitar o proveito da metrópole fornecendo produtos aos centros econômicos da Europa e funcionando como mercado de venda para os produtos portugueses. Para manter essa situação de dependência, Portugal dispunha de um amplo aparelho institucional e administrativo, fazendo com que a economia fosse voltada para as necessidades do exterior.

Além disso, os latifundiários que constituíam a classe economicamente dominante, usavam sua influência política para impedir que fossem aprovadas leis que terminariam por restringir o seu poder como classe, ou a predominância das atividades agrárias como eixo econômico mais importante.

Embora o governo colonial tenha fornecido alguns incentivos, estes não foram suficientes, pois a indústria cresceu pouco e o avanço tecnológico foi muito lento. Isso se dava por duas razões diferentes: por um lado, as fábricas nacionais ficaram

sob o domínio do Estado de modo que somente ele podia fiscalizar a indústria, fazendo com que esta não tivesse autonomia, por outro lado, a economia brasileira, já nessa época, era marcada pela atuação do capital estrangeiro cujos interesses influenciavam profundamente no processo de desenvolvimento industrial, pois viam na industrialização brasileira, um concorrente à indústria exterior e o mercado consumidor brasileiro era visado pelas indústrias de fora.

Outros fatores também impediram que a indústria se desenvolvesse, tais como a escravidão e o sistema de transporte. A escravidão fez com que uma enorme parte da população não dispusesse do capital necessário para consumir produtos brasileiros. A mesma escravidão fez com que faltasse mão-de-obra livre e especializada necessária para o desenvolvimento industrial brasileiro. Quanto ao sistema de transporte, as distâncias entre as cidades eram longas e as estradas, quando existiam, eram precárias, de modo que não havia uma circulação de mercadorias fluente entre as diferentes regiões de produção econômica dentro do país.

## **CAPITULO II - O BRASIL IMPÉRIO E A INDÚSTRIA NACIONAL**

O capítulo II tem como objetivo mostrar o desenvolvimento da indústria brasileira no período imperial. Será analisados o aspecto socioeconômico e a sua influência no desenvolvimento industrial. Num segundo momento serão verificados quais foram as indústrias que se desenvolveram e as políticas que influenciaram esse desenvolvimento. Para concluir, será abordada a causa do não desenvolvimento industrial no período imperial.

### **2.1 A CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA**

Embora tenha ocorrido a independência política do Brasil, sua estrutura econômica ainda era do período colonial, fundada em grande propriedade agrícola, baseada na monocultura e no trabalho escravo. Com a independência política, a dependência econômica se fortaleceu, pois para que alguns países aceitassem a situação política do Brasil, este teve que formular vários tratados comerciais com outros países, principalmente, com a Inglaterra. Entretanto, dada a pouca capacidade de arrecadação, o Estado nacional brasileiro nasce deficitário e endividado.

Essa dependência pode ser verificada através da tabela abaixo, onde é mostrada a porcentagem das importações de produtos manufaturados para os bens de consumo no período Pós - Colonial.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES

MERCADORIA	PERÍODO E PERCENTUAL (%)	
	1839-1844	1870-1875
Vestuário e calçados	53,2	49,1
Alimentação	21,0	19,6
Utensílios	6,6	10,7
Carvão e máquinas	1,2	6,4
Diversos	18,0	14,2
TOTAL	100	100
Bens de Consumo	80,8	79,4

FONTE: FURTADO, 1988

Como a economia brasileira era basicamente de produção de bens primários para exportação, era necessário importar de tudo, até alimentos, pois, muitas vezes, toda a mão-de-obra da agricultura era despendida na produção do produto que estava em evidência no mercado internacional, sendo que, neste período, o principal produto era o café (ver tabela 4).

TABELA 4: EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO PERÍODO IMPERIAL (valor em contos de réis)

	1869-1874	1874-1879
Açúcar	24.166	22.116
Algodão	23.171	12.071
Café	91.625	115.960
Fumo	6.566	5.958
Goma Elástica	10.494	10.493

FONTE: BRUM, 1985

Apesar da independência não ter possibilitado transformações no âmbito econômico, possibilitou mudanças na constituição do Estado Nacional, embora com limitações políticas e financeiras, este Estado não estava mais no domínio do pacto - colonial e do mercantilismo, mas sim, subordinado aos interesses das classes internas que passam a tomar as decisões do Estado, seja em termos de política monetária e financeira, seja em termos de política de desenvolvimento (PRADO Jr., 1977).

## 2.2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL NO IMPÉRIO

Segundo **SIMONSEN** (1939), o Brasil, por motivos de ordem política internacional, foi forçado a estender os mesmos tratados do período colonial, as nações mais adiantadas da Europa, principalmente a Inglaterra, de maneira que até 1844 viveu francamente em regime livre-cambista. Sem poder exportar mercadorias em valor suficiente para cobertura das importações que era forçado a fazer, o país debatia-se em sérias dificuldades cambiais

Somente em 1840, com o fim dos tratados comerciais, o Brasil pode formular políticas para poder desenvolver a economia. Em 1841 a Assembléia Geral autorizou a organização de uma nova pauta alfandegária estabelecendo direitos de 2% a 60% dos produtos importados, sendo que, para o **Ministro Manuel Alves Branco**, os objetivos da Assembléia era "...não só preencher o déficit do Estado, como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do país em alguma indústria fabril, e animar outros a procurar igual destino." (LUZ, 1961, pg.18)

A tarifa Alves Branco foi decretada em 1844 com o objetivo de aumentar a renda para o Estado. Essa tarifa tributava em 30% a maioria dos produtos estrangeiros. Essa política favoreceu algumas matérias-primas nacionais rejeitando artigos manufaturados. Em 1846, as fábricas de tecidos de algodão receberam do governo imperial alguns privilégios para que pudessem se desenvolver. Foi também confirmada, no ano de 1847, a concessão de isenções de direitos aduaneiros às matérias-primas destinadas às fábricas nacionais.

Em 1853 foi apresentado o projeto de reforma da tarifa aduaneira. O projeto foi elaborado por uma comissão encarregada de revisar essa tarifa. Para essa reforma ser executada teria como consequência, grandes desfalques das rendas públicas. Tais desfalques ocorreriam pela redução efetuada nos direitos sobre os gêneros de primeira necessidade, particularmente, alimentícios, os quais constituía importante item a importação, dado o caráter de monocultura da agricultura brasileira. Essa dependência de importação é verificada entre 1850-1851 e entre 1859-1860, sendo que no primeiro período os gêneros alimentícios representavam



12,88% da importação e no segundo período, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira, no final da década de cinquenta, foram sendo eliminadas as culturas de subsistência chegando esta a representar 19,24% da importação dos gêneros alimentícios do Brasil.

A experiência começou a demonstrar que a proposta do governo em baratear o custo de vida pela redução dos impostos de importação não estava dando os resultados esperados. A situação das finanças públicas estava exigindo um aumento dos impostos, a fim de equilibrar os orçamentos. Em vista disso, foi adotado em 1860, taxas adicionais de 2 a 5% sobre o valor das mercadorias importadas, conforme a sua qualidade e os direitos a que estavam sujeitas.

Somente na primeira metade do século XIX inicia-se o desenvolvimento industrial brasileiro, principalmente da indústria têxtil e de alimentação. A tarifa Alves Branco, apesar de não ter impulsionado totalmente a indústria, fez com que ocorresse um fortalecimento das indústrias nacionais. Nas décadas de 60 e 70 foi construída a primeira estrada de ferro no Brasil, houve a inauguração do vapor e a construção de novos portos para o escoamento da produção de café. Muitas dessas realizações estão ligadas ao nome de Barão de Mauá, que neste período foi o grande precursor do desenvolvimento industrial do país.

Neste período a economia mundial encontrava-se dividida entre países industrializados – fornecedores de mercadorias industrializadas - e países que forneciam matérias-primas, sendo estes, consumidores de produtos industrializados. O Brasil devido à sua industrialização tardia, estava enquadrado no segundo grupo, o que dificultava o desenvolvimento de indústrias de bens de produção. O desenvolvimento era prejudicado pelo fato das indústrias de bens de produção serem incapazes de concorrerem com as máquinas inglesas que aqui chegavam, pois além de possuírem uma qualidade superior, os produtos ingleses, chegavam com um preço muito mais baixo, comparados aos produtos brasileiros.

Por volta de 1860 (ver tabela 5), segundo SIMONSEN (1939), após a elevação tarifária para a base de 30% e com o valor crescente das exportações do café, pode o Brasil conhecer a sua área de “superávit”, na balança comercial. Data dessa época a implantação aqui dos principais estabelecimentos industriais.

**TABELA 5: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL POR DECÊNIOS (1821-1890)**

DECÊNIOS	EXPORTAÇÃO (em conto de reis)	IMPORTAÇÃO
1821-1830	243.263	265.164
1831-1840	348.258	385.742
1841-1850	487.540	540.944
1851-1860	900.534	1.016.686
1861-1870	1.537.175	1.347.514
1871-1880	1.963.718	1.621.251
1881-1890	2.411.006	2.102.297

FONTE: CAIO PRADO JÚNIOR, 1977

Conforme SIMONSEN (1939), a indústria têxtil atingiu maior desenvolvimento, em 1866, com a existência de 9 fábricas, 385 teares mecânicos onde eram empregados 768 operários sendo o capital gerado nessas indústrias, 1 milhão de dólares, entretanto, nesse mesmo período, existiam nos Estado Unidos mais de 1.000 estabelecimentos desse gênero, com produção superior a 115 milhões de dólares, sendo que enquanto eles estavam em pleno apogeu o Brasil dava os primeiros passos para o desenvolvimento industrial. Em 1881 já se elevava a 44 o número de estabelecimentos fabris de tecidos no Brasil, dos quase 12 na Bahia, 9 em São Paulo, 8 em Minas Gerais, 6 no Estado do Rio de Janeiro, 5 na Capital Federal e 4 no Estado de Alagoas. Nessas 44 fábricas empregava-se mais de 3.000 operários

A década de 1880 revelou o primeiro surto industrial do Brasil como reflexo de uma situação de prosperidade mundial, de um fluxo de capitais, do crescimento do volume de nossas exportações e do aumento dos meios de pagamento. Entre 1880 e 1884 foram aqui fundadas 150 indústrias e de 1885 a 1889 foram fundadas 248 estabelecimentos industriais. No último ano de monarquia (1889), existiam no país

acima de 636 estabelecimentos industriais empregando 54.169 operários (SUZIGAN, 1986).

O maior crescimento teve lugar na indústria têxtil. Havia duas fábricas têxteis em 1850; esse número crescera para 44 em 1881. Ainda assim, foi um desenvolvimento de proporções relativamente reduzidas, quando se leva em conta que apenas 3.000 trabalhadores eram empregados por essas fábricas por volta de 1880 e que o Brasil continuava a importar considerável parcela dos tecidos utilizados no país.

### **2.2.1 O CICLO DO CAFÉ**

A introdução do café no Brasil veio em 1727, sendo que, com a vinda da família real para o Brasil, a procura interna por esse produto aumentou, elevando-se o plantio dos cafezais. Em 1817, a crise no Haiti – principal produtor de café na época – fez com que o café brasileiro, antes consumido internamente, se transformasse em um produto de exportação.

O café, ao contrário do que ocorreu com a cana-de-açúcar, foi financiado inicialmente por capital nacional, sendo que este capital veio através do acúmulo gerado no período da mineração intensiva. A esse capital foi acrescida a poupança da classe média e, mais tarde, juntou-se o capital do setor de comercialização. Em 1850, grande parte do capital investido no tráfico de escravos foi liberado, sendo que, a maior parte, foi dirigida para a cafeicultura, dando-lhe maior possibilidade de produção. O café tornou-se, então, o elemento dinâmico da economia brasileira na segunda metade do século XIX (FURTADO, 1988).

Tabela 6: EXPORTAÇÕES DE CAFÉ

PERÍODO	VOLUME EXPORTAÇÃO (mil sacas)	LIBRA (libras p/ saca)	RECEITA DE EXPORTAÇÃO (mil libras)
1821-1830	3.178	2,26	36.792
1831-1840	9.744	2,21	49.214
1841-1850	16.677	1,39	52.690
1851-1860	26.252	1,89	102.019
1861-1870	28.977	2,35	149.471
1871-1880	36.341	3,10	199.391
1881-1890	53.326	2,53	219.735

FONTE: FURTADO, 1988.

Nota-se, através da tabela 6, que houve um grande aumento na exportação de café no período imperial. Embora, o preço do café internacionalmente tenha oscilado, esse fato foi compensado através do aumento no volume de exportações.

A expansão do café marcou um novo ciclo na economia brasileira trazendo mudanças tanto sociais quanto políticas. Sob o aspecto social, foi constituída uma nova aristocracia rural - a do barão do café - que possuía objetivos essencialmente capitalistas, utilizando o poder para influenciar as políticas em defesa de seus interesses. A mão-de-obra utilizada para a produção do café era basicamente livre e muitas vezes as plantações eram feitas em pequenas propriedades rurais. Sob o aspecto político, houve uma mudança da sede do Império, que antes ficava no Nordeste deslocou-se para o Sudeste, consolidando assim o Rio de Janeiro como o centro social e econômico do país.

A entrada vigorosa do Brasil no mercado cafeeiro permitiu maior participação dos Estados Unidos nas relações de troca, tornando as exportações brasileiras menos dependentes do mercado inglês. Mesmo assim, a falta de um mercado interno expressivo e o reduzido número de parceiros comerciais mantiveram a economia brasileira extremamente sensível às crises ocorridas na Europa e nos Estados Unidos, notadamente as de 1857 e as de 1864, as quais tiveram efeitos depressivos na economia brasileira.

A concentração excessiva dos fatores de produção na monocultura do café conservou a economia brasileira predominantemente rural, restringindo os espaços econômicos para maior diversificação da produção. O aumento da exportação do café, no entanto, proporcionou renda para um processo de acumulação de capital no século XIX, sendo tal capital utilizado para iniciar o desenvolvimento industrial

### 2.3 OS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS

Para FURTADO (2003), a proteção à indústria seria insuficiente para promover seu crescimento à época da Independência pois faltavam condições essenciais para o desenvolvimento da produção industrial como: mercado interno, capitais, divisas para importar máquinas e matérias-primas e uma classe dirigente capaz de propor um projeto industrializante. No Brasil da época da independência, em que grande parte da população era escrava não levando a um mercado interno, cuja economia de base exportadora estava relativamente estagnada, não permitindo gerar divisas nem a acumulação de capitais, e dirigido por uma classe de grandes proprietários de terras e escravos, não se poderia esperar qualquer avanço da indústria, nem mesmo se o governo adotasse medidas protecionista, dado o caráter das classes dirigentes.

O Brasil se encontrava extremamente dependente da economia externa e o desenvolvimento da indústria no Brasil acabou sendo patrocinado pelo investimento externo, o capitalismo já se encontrava na sua fase imperialista. Sendo que esse capitalismo não mais dependia somente da circulação de mercadorias, ele agora procurava novos mercados para investir o capital que se acumulou ao longo dos anos. Não foi só a Inglaterra que investiu no Brasil, outros países como a Alemanha e a Bélgica também. O capital estrangeiro atuou praticamente em todas as áreas da economia brasileira, o que afetou profundamente o desenvolvimento de uma indústria nacional e a formação de uma sociedade capitalista.

Uma das principais áreas de atuação do capital estrangeiro foi ferrovia: a implantação do sistema ferroviária brasileiro se deu quase que exclusivamente por

capital estrangeiro, principalmente o inglês. A indústria da construção civil também recebeu muitos investimentos de firmas estrangeiras. Apesar das empresas de construção civil pertencerem a brasileiros ou imigrantes, todas as obras de infraestrutura urbana eram realizadas por firmas internacionais ou que estavam ligadas ao capital internacional. O capital internacional também chegou ao Brasil de uma forma mais indireta, através de participações de firmas estrangeiras nas firmas nacionais.

O Capital internacional entrava com frequência nos bancos nacionais. O Brasil não possuía um sistema financeiro forte, o próprio banco do Brasil criado em 1808 só durou vinte anos. Com a crise comercial de 1854 muitos dos pequenos bancos nacionais fecham as portas e cada vez mais os investidores internacionais ganharam espaço na economia nacional. A partir de 1890 o sistema financeiro brasileiro começou a se desenvolver, mas com a crise bancária de 1900, novos bancos começaram a falir. No fim da crise os bancos estrangeiros já dominavam o sistema bancário brasileiro.

Essa dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro ajudou a dificultar o fortalecimento de uma burguesia nacional. Como no Brasil coexistiram formas pré-capitalistas com formas capitalista, as oligarquias rurais, que também passaram a investir na produção, acabaram se unindo aos investidores internacionais. Eram aos investidores internacionais que os grandes proprietários rurais recorriam quando precisavam de empréstimos, isso já não acontecia com a burguesia nacional. A burguesia nacional era vista como uma ameaça aos interesses dos investidores estrangeiros pois ela representava uma concorrência que eles não queriam. Sendo assim a burguesia que começava a crescer se via presa entre os interesses internacionais e os interesses da oligarquia rural.

Somente a partir de 1867 quando a burguesia nacional começa a se organizar em associações é que ela começa a ganhar força. A burguesia passa a fazer reivindicações ao governo, exige que ele tome medidas protecionistas e que reduza os impostos. Outra dificuldade encontrada pela burguesia foi o fato de ela surgir praticamente junto com o proletariado, isso já não ocorreu nos países

industrializados em que a burguesia surge bem antes do proletariado. Uma consequência disso foi o fato de que mesmo antes da burguesia nacional ganhar força como classe, os proletariados já tinham se organizado e lutavam pelos seus interesses como classe.

Com a independência a sociedade continuava sendo formada basicamente de senhores e escravos, além de mestiços e brancos pobres marginalizados e de uma incipiente classe média, sendo que, a autonomia política, não foi o suficiente para superar a situação colonial. A sociedade política autônoma não consegue elaborar e implementar um projeto nacional próprio. Conseqüentemente continua a ser reflexo das necessidades, interesses e ações de outros centros de poder.

Durante o império o Brasil continua a desempenhar uma função econômica complementar; produção e exportação de alguns gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais e importação de produtos manufaturados. Sem mudanças estruturais pesam sobre o país, politicamente independentes as marcas da dependência econômica e cultural. O desenvolvimento industrial ainda era restringido a um número limitado de campos de atividade, tal como marcenarias, tecelagens, chapelarias, serrarias, moinhos de trigo, fiações e fábricas de bebidas e conservas. A existência de metalúrgicas e fundições constituía uma exceção. Assim, o Brasil continuava a importar os bens de produção, matérias-primas, máquinas e equipamentos bem como parte dos bens de consumo. O pensamento industrialista, via na República, a força política e econômica que faltava para o seu desenvolvimento, colocando as expectativas de um nascimento industrial, ao iniciar-se o período republicano.

### **CAPITULO III – A INDÚSTRIA NA REPÚBLICA VELHA**

Serão abordados, inicialmente, os aspectos sociais e econômicos do período da República Velha e a sua participação no desenvolvimento industrial. Posteriormente será mostrado, o desenvolvimento da indústria brasileira na República e quais foram as políticas utilizadas para o seu desenvolvimento. Será citada a relação do setor cafeeiro com o crescimento da indústria brasileira e a industrialização brasileira a partir da primeira guerra mundial até 1930. Para concluir, serão demonstrados os problemas enfrentados para desenvolver a indústria brasileira.

#### **3.1 A CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA**

Com a proclamação da República em 1889 o Brasil chegou ao fim do período colonial com um baixo crescimento econômico decorrente da falta de capital e de recursos tecnológicos, do mercado interno retraído e da rígida mentalidade agrária pelos detentores do poder.

As políticas econômicas, adotadas pelo governo republicano, estavam voltadas para os interesses agro-exportadores, sendo o principal produto o café, a indústria foi deixada em segundo plano, sendo esta considerada secundária e desnecessária em um país de tradição agrícola. Essa política econômica estava de acordo com os interesses do capitalismo internacional, pois estes não queriam concorrência para as suas indústrias.

Neste período compreendido entre 1889 e 1929, ocorreu grande expansão do capital financeiro, na maior parte inglês, de grande importância para o Brasil, e que era direcionado principalmente para investimentos em serviços públicos, ferrovias e urbanização (SILVA, 1976). Outra grande característica desse período foi a opção pelo padrão ouro, como padrão monetário. Enquanto que para os países desenvolvidos esta opção era viável, exigindo o equilíbrio entre importação e exportação como forma de manutenção do balanço de pagamentos, para os países



periféricos – precisamente para o caso do Brasil, que também optou pelo padrão ouro – significou grandes dificuldades para o equilíbrio das contas externas, com reflexos perversos para a taxa de inflação, emissão monetária e taxa de câmbio (ABREU, 1990).

Com a crise financeira gerada pelo Encilhamento durante o período imperial e pelas agitações políticas, Campos Sales ao assumir a presidência da República, fez um acordo com os banqueiros estrangeiros denominados *Funding Loan*, pelo qual ficavam suspensos durante algum tempo os pagamentos de juros dos empréstimos anteriores, contraindo-se assim novo empréstimo.

Para que o empréstimo fosse efetivado, exigiram os credores que as finanças públicas fossem reorganizadas. Na execução de seu programa financeiro contou Campos Sales com o ministro Joaquim Murinho. Foram feitos cortes nos gastos públicos, inclusive suspendendo algumas obras, aumentaram-se alguns impostos, desvalorizou-se o câmbio, restringiu-se o crédito e houve "enxugamento monetário", chegando o dinheiro a ser queimado. Tais medidas provocaram queixas amargas e acusações de que se estava retardando o progresso do país. Realmente, tal fato pôde ser constatado posteriormente, como agravante de que capitais estrangeiros haviam passado a controlar grande parte da economia nacional, havendo desemprego e recessão.

### **3.2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Embora o país entre 1894 a 1904 tenha enfrentado crises políticas, econômicas e financeiras, sofrendo ainda as conseqüências da política deflacionista realizada pela presidência de Campos Salles (1898-1902), as tarifas parciais em ouro nas alfândegas (1899) representou um fator acentuadamente protecionista e de maior equilíbrio para as indústrias. A partir de 1905, observou-se um ritmo sempre crescente na evolução industrial, bastante acentuado entre 1910 e 1914 e mais acelerado entre 1915 e 1919 (SIMONSEN, 1935).

Considerável impulso à expansão industrial foi dado com a abolição da escravatura em 1888 e com a proclamação da república no ano seguinte. A abolição acarretou substancial desorganização de algumas tradicionais regiões agrícolas, provocando o êxodo de grande número de fazendeiros para as cidades, onde passaram a se dedicar à indústria e ao comércio. Todavia, na década de 1890, expandiram-se rapidamente as exportações de café, cacau e borracha, trazendo prosperidade a algumas das novas regiões de produção agrícola, especialmente ao Estado de São Paulo. Esta prosperidade e o afluxo de imigrantes europeus no mesmo período proporcionaram consideráveis mercados para os bens industriais, tanto importados como fabricados no país. A criação de empresas industriais no país foi, em parte, financiada pelo capital oriundo do setor exportador em expansão. (BAER 1985:13)

São Paulo foi o estado que apresentou a maior concentração industrial no período da primeira república. Os fazendeiros paulistas precisavam escoar sua produção, e o estado foi o primeiro a contar com serviços de infra-estrutura como transportes ferroviários, porto marítimo e, conseqüentemente, de comunicações, fato que criou um acúmulo de economias externas que beneficiavam a formação industrial, reduzindo-lhe os gastos de inversão e os custos de produção, e garantindo rápida urbanização, se comparada com o resto do país.

Além disso, o complexo cafeeiro paulista contou com a maciça participação de imigrantes europeus, o que proporcionou a formação e o desenvolvimento de um mercado de trabalho mais técnico que as demais regiões. E o satisfatório desempenho da agricultura paulista, por outro lado, proporcionava grande parte do suprimento alimentar a sua força de trabalho, e garantia o fornecimento local de matérias-primas à indústria nascente.

Nos estados onde a atividade exportadora quase não se desenvolveu, como em Minas Gerais, onde predominava uma economia de subsistência, o aparecimento de indústrias ocorreu no setor têxtil, artigo de uso popular e de fácil obtenção, tendo como matéria-prima o algodão. As demais regiões do país, sem contar o estado Rio de Janeiro, apresentavam-se praticamente desprovidas de indústrias.

**TABELA 7: PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA**

<b>PRODUTOS</b>	<b>1907 (%)</b>	<b>1920 (%)</b>
Indústria de alimentação	26,7	40,2
Têxtil	20,6	27,6
Vestuário e objetos de tocador	15,9	8,2
Produtos químicos e análogos	9,4	7,9
Outros produtos industriais	27,4	16,1

FONTE: SIMONSEN, 1939

Conforme a tabela acima, nota-se que em 1907 houve um desenvolvimento na indústria brasileira, sendo que em 30 espécies de artigos manufaturados, de grande consumo, a indústria supria 78% das necessidades nacionais ficando apenas 22% de produtos necessários para importar. Neste período foram verificados 3.250 estabelecimentos industriais com cerca de 150.841 operários. Em 1920 existiam 13.336 indústrias empregando 275.512 operários sendo que o retraimento de capitais internacionais, provocado pela guerra, o uso de eletricidade, o barateamento de máquinas operadoras e outros fatores de ordem regional, fizeram com que a evolução industrial passa-se a caracterizar-se pela multiplicidade de estabelecimentos médios e pequenos e pela diversificação da natureza da produção (SIMONSEN, 1939).

Pode-se dizer que a reprodução do capital cafeeiro e a questão da mão-de-obra, aliados às formas de subordinação dos produtos de exportação da economia brasileira, foram importantes no desenvolvimento da indústria.

### **3.2.1 A RELAÇÃO DO SETOR CAFEEIRO COM O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA**

O processo de acumulação do capital durante o período da Primeira República deu-se através da comercialização do café. Além do alto nível de renda por ele gerado, ele pode ser definido como o elemento determinante da dinâmica de acumulação da economia, determinando inclusive grande parte da capacidade de importar do período (FURTADO, 2003).

Uma parte dos lucros, gerado pelo café, inclusive por plantações mais antigas, transformou-se em investimentos aos quais foram diretamente para a indústria e indiretamente aplicados no sistema bancário ou por outra forma de intermediação financeira.

Para CELSO FURTADO, em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, "...o ponto de partida para a industrialização brasileira foi a expansão cafeeira, sendo esta viabilizada pela crise de outras áreas produtoras. Segundo o autor a produção cafeeira instalou-se aproveitando os recursos originários da desorganização da economia mineratória, sua expansão, primeiro no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, aponta na direção de importantes mudanças. (...) O café é um exemplo típico, pois rapidamente tornou-se uma das principais mercadorias do comércio internacional. Conseqüentemente, o Brasil pôde ampliar sua receita de exportação, obtendo divisa que, se não se voltam de imediato ao investimento industrial, permitem, por exemplo, a modernização da infra-estrutura e certa urbanização. Por outro lado, entende FURTADO que, com o café, emerge uma nova classe dirigente: por seus vínculos comerciais prévios e por sua posição próxima ao centro de poder, no Rio de Janeiro, os empresários cafeeiros revelaram-se mais conscientes de suas necessidades e da possibilidade de usar os instrumentos estatais para a defesa de seus interesses. Uma classe dirigente mais dinâmica, embora não fosse de imediato industrializante, foi outra condição cumprida ao longo da expansão cafeeira."

Entretanto, não foram somente os cafeicultores que desenvolveram a indústria brasileira, outros agentes os quais estavam relacionados ao complexo cafeeiro como; os comerciantes, bancos, imigrantes, importadores, dentre outros tiveram uma importante participação, seja na fundação da indústria ou na aquisição das mesmas participando desse desenvolvimento.

Entre os anos de 1896 e 1897, ocorreu uma queda de preços internacionais devido a alta produtividade do café, com isso houve uma redução da lucratividade no café. As plantações operantes em baixos níveis de produtividade física sofreram uma forte compressão em sua margem de lucro, enquanto que as plantações mais novas, detentoras de maior produtividade física, podiam sustentar maiores margens

de lucro, o que permitia aplicar parte desses lucros na diversificação dos seus investimentos, transformando o capital cafeeiro em capital industrial.

O capital cafeeiro investiu primeiramente na indústria manufatureira sendo que esta se apresentou em três segmentos. O primeiro compreendeu a fabricação de máquinas e implementos para a atividade agrícola e para o beneficiamento do café. Isto proporcionou redução dos custos da produção do café e aumentou a sua produtividade, através da melhora da qualidade do produto e conseqüentemente na melhora dos preços de venda e da otimização da mão-de-obra. Ao reduzir os custos e ampliar os lucros da cafeicultura, também ocorreu ampliação do excedente de café, através da introdução de novas tecnologias. O segundo foi a produção de sacos de juta para a embalagem do café. Embora esse segmento não trouxesse redução de custos, foi lucrativo no tocante ao fato dos cafeicultores conseguirem melhores preços devido às condições de armazenagem e venda. O terceiro abrangia os demais setores manufatureiros como a importação de máquinas têxteis (ver tabela 8). O capital cafeeiro preencheu importante função de complementar a manutenção da força de trabalho do complexo, além de produzir bens de produção complementares, como ferramentas, por exemplo.

TABELA 8: IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS TÊXTEIS ENTRE 1893 – 1939.

PERÍODO	PREÇO DE 1913 (EM LIBRAS)	PERÍODO	PREÇO DE 1913 (EM LIBRAS)
1893-1895	349.094	1924-1926	771.091
1896-1901	140.880	1927-1929	491.029
1902-1906	186.209	1930-1932	223.540
1907-1910	409.757	1933-1934	395.241
1911-1913	582.847	1935-1936	570.997
1914-1920	126.345		
1921-1923	469.517		

FONTE: SUZIGAN, 1986

A tabela abaixo mostra que houve um aumento dos investimentos na indústria brasileira entre 1902 a 1913, sendo que, grande parte destes investimentos veio através do excedente produzido pelo café.

TABELA 9: INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL (MÉDIA DAS TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO %)

PERÍODO	INVESTIMENTO INDUSTRIAL
1880-1895	11,2
1896-1901	-13,6
1902-1913	15,5
1914-1918	-31,5
1919-1929	18,9

FONTE: SUZIGAN, 1986

Entretanto, as relações entre o capital cafeeiro e o capital industrial não ocorriam em um mesmo sentido, muitas vezes o café estava em péssima situação e a indústria estava crescendo como o que ocorreu entre 1906 a 1910, quando a indústria cresceu e o plantio diminuiu, em virtude dos baixos preços externos do café. Também ocorreu ao contrário entre 1924 e 1928 quando o café estava com uma alta lucratividade, pela política de desvalorização cambial que acarretou um aumento nas exportações, e esta mesma política desfavoreceu a indústria. Entre 1890 a 1894 e entre 1927 e 1928, quando ambos enfrentaram situações favoráveis de crescimento (ABREU, 1920).

### 3.2.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ATÉ 1930

A primeira guerra mundial deu um impulso à industrialização brasileira devido a dificuldade da importação de manufaturados. Após a primeira guerra mundial, ocorreu uma maior sofisticação da indústria brasileira com o funcionamento de fábricas de cimento, papel e celulose, máquinas agrícolas e ferro.

Para SUZIGAN (1986:cap.II), o desenvolvimento da indústria do pós-guerra até 1929 pode ser dividido em fatores negativos e positivos, sendo que, fatores que influenciaram positivamente segundo o autor são:

- a expansão das exportações;
- o sensível aumento da capacidade de importar, resultado da melhoria da relação de trocas, sobretudo a partir de 1924;

Os fatores que influenciaram negativamente:

- a redução dos investimentos federais, depois de 1922 e até 1929, à média de 5,5% da despesa total;
- a posição frustrante da política monetária entre 1924 e 1926 (deflacionista);
- a falta de uma instituição de crédito especializado para a indústria;
- a valorização cambial entre 1923 e 1926 pela política do café;
- os empréstimos externos, em grande parte usados para objetivos fiscais;

De acordo com o autor os indicadores favoráveis para a formação do capital industrial foram:

- O consumo aparente de cimento sobre a média anual de 360,9 mil toneladas (nos primeiros anos da década de 20), após ter sido de 297,7 mil toneladas no período entre 1907 e 1913 e de 140,7 mil anos da primeira guerra.
- O consumo de laminados de aço atingiu 230,5 mil toneladas na década de 20, tendo sido de 167,4 mil entre 1907 e 1913 e de 80,5 mil entre 1914 e 1919;
- A potência instalada aumentou em proporções crescentes: mais 140,46 mil kw nos anos de 1920/25, e mais 271,32 nos anos de 1925/30.

A indústria brasileira sempre esteve à mercê das políticas nacionais. Apresentava vulnerabilidade e pouca autonomia nas relações de comércio exterior e era afetada diretamente por ajustes feitos no balanço das contas internacionais do país. Não menos influente na indústria, era a situação das finanças públicas, que algumas vezes utilizava-se do expediente da emissão de moeda para cobrir as despesas do Estado. De acordo com PRADO JUNIOR (1974), a prosperidade de que gozara no decurso do conflito se prolongaria no pós-guerra, graças sobretudo, a desvalorização da moeda e da emissão de vulto. Em 1924 cessa a política de

emissões e a moeda se valoriza e depois de algumas oscilações, estabiliza-se a partir de 1929

Em torno de 1919, a indústria brasileira atingiria uma autonomia substancial na produção de bens de consumo, em especial, alimentos e têxteis. Entretanto, como um todo, a produção industrial era limitada e não-sofisticada, como mostra a tabela 10.



TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO SEGUNDO O USO E IMPORTAÇÕES COMO PERCENTUAL DA OFERTA TOTAL EM 1919

BENS	DISTRIBUIÇÃO (%)	IMPORTAÇÃO COMO PORCENTAGEM DA OFERTA TOTAL DE BENS
<b>BENS DE CONSUMO</b>	80,2	-
Têxteis	24,4	13,7
Roupas	7,3	6,2
Alimentos	32,9	11,5
Bebidas	5,4	23,8
Fumo	3,4	0,3
Borracha	0,1	70,7
Editorial e Gráfica	-	-
Produtos Químicos	4,2	57,0
Couro	0,2	32,0
Minerais não Metálicos	1,2	40,5
Diversos	1,2	53,4
<b>BENS DURÁVEIS DE CONSUMO</b>	1,8	-
Material Elétrico	-	100
Materiais de Transporte	-	53,5
<b>BENS INTERMEDIÁRIOS</b>	16,5	-
Metalurgia	3,8	64,2
Minerais Não Metálicos	2,8	40,5
Couro	2,0	32,0
Produtos Químicos	0,8	57,0
Madeira	5,7	6,1
Papel	1,4	58,3
Borracha	-	70,7
Material-Elétrico	-	100
<b>BENS DE CAPITAL</b>	1,5	-
Mecânicos	0,1	96,7
Material Elétrico	-	100
Material de Transporte	1,4	53,5
<b>TOTAL</b>	100,0	24,7*

FONTE: IBGE, 1990 ( CENSO INDUSTRIAL, 1920) (\* O total exclui o ramo editorial e gráfico)

A classificação e a subdivisão das indústrias segundo o uso foi baseada no significado dos subgrupos arrolados no censo: todo o material de transporte foi considerado como investimento. Foi subtraído o imposto federal de consumo, e os

alimentos foram ajustados para incluir a refinação de açúcar e a produção das padarias, para se tornarem comparáveis com os censos posteriores. Não disponível nenhum detalhamento das importações além do nível setorial, assim as importações se referem ao setor como um todo, e não por uso específico. Por esta razão, quando uma indústria aparece sob diversos usos, sua porcentagem é repetida.

De acordo com a tabela 10, é possível notar que 80,2% do valor adicionado derivava de bens de consumo, sendo que 32,9% correspondia ao processamento de alimentos e 24,4% à produção de têxteis, o que significa que estes dois setores eram responsáveis por cerca de 84% da produção de bens de consumo então produzidos. Em contrapartida, observa-se a grande dependência de importações de bens de capital, intermediários e de consumo duráveis, especialmente material elétrico.

Segundo BAER (1985:289), "...a primeira guerra mundial não agiu como um catalisador do crescimento industrial brasileiro. A razão principal é que a interrupção da navegação dificultou a importação de bens de capital necessários ao aumento da capacidade produtiva (ver tabela 11), e não havia, naquela época, nenhuma indústria de bens de capital no Brasil. O efeito da Primeira Guerra Mundial não foi expandir ou modificar a capacidade da produção industrial no Brasil, mas sim de aumentar a utilização da capacidade produtiva nas indústrias de alimentos e têxteis que haviam sido criadas antes da guerra."

TABELA 11: MODIFICAÇÕES NO QUANTUM DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%)

Período	Bens de Consumo	Matérias Primas	Combustíveis	Bens de Capital	Total
1911-1913	100	100	100	100	100
1914-1918	44,6	45,1	47,8	65,0	22,2

FONTE: BAER, 1985

"A década de 20 foi um período de crescimento relativamente lento da produção industrial." (BAER, 1985:291). De acordo com CAIO PRADO JUNIOR (1974), o período compreendido entre 1924 e 1930 foi uma fase difícil para as

indústrias brasileiras. Muitas fracassaram em suas atividades e pereceram e quase todas se mantiveram perto do nível mínimo de subsistência. Este quadro resultou do aumento da concorrência estrangeira, e conseqüentemente, do aumento do valor das importações.

Dessa forma, a indústria não pôde fazer frente à concorrência estrangeira. Ao mesmo tempo "...a importação de artigos manufaturados que vinha em declínio ou permanência estacionária desde antes da Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional..." (CAIO PRADO JUNIOR, 1974:266)

SUZIGAN (1986:85) mostra as tendências de investimento na década de 20: "Entre 1920 e 1921 a economia brasileira foi afetada pela recessão econômica mundial, caindo em 45% os preços do café, a principal fonte de receita; entre 1922 e 1923 foi implementado um novo programa de valorização do café, ao lado de políticas monetárias e fiscais expansionista; entre 1924 e 1926, foi aplicada uma política de deflação; entre 1927 e 1929 foi executado um esquema de estabilização cambial e monetária."

Conforme o autor (SUZIGAN, 1986:86), "...o efeito combinado da recessão internacional de 1920 e 1921 e das mudanças subseqüentes na política econômica sobre os preços internos e a taxa de câmbio, juntamente com o retorno dos preços de importação aos níveis normais do pré-guerra, é fundamental para explicar os altos níveis e as flutuações do investimento na indústria de transformação durante a década de 20."

Nessa década, o investimento aumentou em praticamente todos os setores da indústria de transformação. Na indústria têxtil atingiu níveis jamais alcançados até então. Estabeleceram-se novas fábricas de tecidos de algodão, bem como de tecidos de lã e de seda. Verificou-se ainda a modernização da indústria de calçado, do açúcar e da cerveja. A indústria de moagem de trigo também se expandiu consideravelmente.

"Verificou-se uma tendência marcante à maior diversificação da indústria de transformação. Foram instaladas, neste período, fábricas de cimento, usinas siderúrgicas e fábricas de máquinas agrícolas pesadas. Aumentou também o investimento em fábricas de papel e de óleo de algodão." (SUZIGAN, 1986)

“Havia indicação de que o ritmo dos investimentos se intensificava. A participação dos capitais estrangeiros, sobretudo norte-americanos, teve papel importante nos setores de veículos, farmacêuticos e químicos, aparelhos elétricos e alimentação. Certos índices de produção industrial mostraram fraco desempenho no período, sobretudo no setor têxtil (...). Entretanto, os investimentos no setor continuaram fortes, o que vai explicar o aproveitamento da capacidade ociosa no período seguinte.” (BUESCU – Citado por SILVA, 1976:176)

Na década de 20, a produção têxtil continuou a se expandir apenas até 1923, após este período, houve um crescimento da participação estrangeira no mercado local. Em 1929, foi concebida uma proteção tarifária. A situação da indústria era difícil, ainda mais devido aos pesados investimentos para expandir e modernizar a capacidade após a guerra.

A desaceleração refletia-se na indústria em geral. Em 1922 e 1926, o índice desenvolvimento industrial cresceu com dificuldade. No fim da década, verificou-se uma recuperação aparente, havendo um aumento em 1927 ao qual foi atribuída a recuperação na indústria têxtil, não apenas a de algodão mas também de seda e tecidos de lã; o aumento menor em 1928 sofreu com a estagnação do algodão, mas foi sustentados pelas novas indústrias a de cimento, ferro, aço e papel e pelo contínuo aumento dos bens tradicionais como sapatos, chapéus e fumo.

Entre 1921 e 1928, as importações de bens não - duráveis de consumo cresceram a uma taxa anual de quase 15% e as de bens duráveis cresceram com maior rapidez. Em contraste, as importações de bens de capital para a indústria doméstica não mantiveram este avanço. As importações foram favorecidas pela queda em seus preços relativos. (SUZIGAN, 1986)

É importante destacar que entre 1923 e 1926, o mil-réis se valorizou devido ao grande aumento das exportações de café (ver tabela 12) e a um aperto na política monetária que refletia diretamente no barateamento dos bens estrangeiros. É preciso notar ainda que o esquema de valorização durante a década, embora ajudasse a manter a renda e a demanda do setor cafeeiro, apresentou também seus

aspectos negativos. Financiado por capital estrangeiro, ele fornecia divisas estrangeiras que eram convertidas em importações competitivas.

**TABELA 12: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ**

PERÍODO	PRODUÇÃO RECEITA DE EXPORTAÇÃO (milhões de sacas)	EXPORTAÇÃO (milhões de sacas)	LIBRA P/ SACA	PREÇO (mil libras)
1901-1910	13,2	13,1	1,87	14.415
1911-1920	12,9	12,1	3,03	36.484
1921-1930	17,6	14,0	4,02	56.104

FONTE: BUESCU, 1974

Contudo, o setor mais sólido da indústria brasileira foi o das indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. Para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitou-se de mão-de-obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte, montaram indústrias subsidiárias aqui como uma seção de acabamento dos produtos. Essas indústrias subsidiárias no Brasil multiplicaram-se depois da guerra.

“...só as americanas (as mais numerosas, mais importantes e as únicas das quais se têm dados completos) somam 16, todas de grande vulto, estabelecidas entre 1919 e 1932. Os ramos principais de sua produção são: veículos, motores, produtos farmacêuticos e químicos, aparelhamento elétrico, alimentação. Ao grupo de indústrias filiais de grandes empresas estrangeiras podem ser assimiladas outras que embora formadas com capitais brasileiros (.....) não fazem mais que manter peças acabadas ou semi-acabadas que importam (.....) sobretudo no setor de aparelhamento elétrico.” (PRADO JÚNIOR, 1974:268)

Segundo SUZIGAN (1986), o Governo, após o término da guerra, concedeu uma série de incentivos para estimular a criação de indústrias siderúrgicas no país, como isenção de impostos, fretes preferências nas ferrovias e empréstimos. Esta política contribuiu para criar uma rentabilidade artificial para a produção de aço à base de carvão vegetal. Por outro lado, a redução dos fretes trouxe prejuízos às finanças das ferrovias. A indústria de cimento também recebeu incentivos governamentais para seu desenvolvimento, e contou com a participação de empresários e capitais estrangeiros.

### 3.3 OS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS

PRADO JUNIOR (1974), diz que o período de 1924 a 1930. foi uma fase sombria para as indústrias brasileiras. Muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se mantiveram muito próximas do nível mínimo de subsistência. Este quadro resultou do fortalecimento do comércio externo com o aumento do valor das exportações e pela intensificação do afluxo de capitais estrangeiros.

Em conseqüência, a indústria não pode fazer frente à concorrência estrangeira. Ao mesmo tempo, "...a importação de artigos manufaturados que vinha em declínio ou permanecia estacionária desde antes da Grande Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional." (PRADO JÚNIOR, 1974:266)

SUZIGAN, (1986:85), concorda com esta linha de pensamento e especifica as tendências do investimento na década de 20, nos períodos seguintes:

- 1920 – 1921 – a economia brasileira foi afetada pela recessão econômica internacional, caindo em 45% os preços do café;
- 1922 – 1923 – foi implementado um novo programa de valorização do café, ao lado de políticas monetárias e fiscais expansionistas;
- 1924 – 1926 – foi aplicada uma política de deflação;
- 1927 – 1929 – foi executado um esquema de estabilização cambial e monetária.

A indústria apresentava o mesmo perfil do período imperial, com grande concentração nos setores de consumo; tecidos, vestuário, calçados, produtos alimentares e bebidas.

"São indicações de que o ritmo de investimentos se intensificava. A participação dos capitais estrangeiros, agora sobretudo norte-americanos, teve papel importante nos setores de veículos, farmacêuticos e químicos, aparelhos elétricos, alimentação. Certos índices da produção industrial mostram fraco desempenho no período, sobretudo no setor têxtil. [...]. Entretanto, os investimentos no setor continuaram fortes, o que vai explicar o aproveitamento da capacidade ociosa no período seguinte." (BUESCU, 1974:176)

Entre 1921 e 1928, as importações de bens não-duráveis de consumo cresceram a uma taxa anual de quase 15%, e as de bens duráveis cresceram com mais rapidez. Em contraste, as importações de bens de capital para a indústria doméstica não mantiveram este avanço. As importações foram favorecidas pela queda em seus preços relativos.

É importante destacar que, entre 1923 e 1926, o mil-réis se valorizou devido ao grande aumento das exportações de café e a um aperto na política monetária que refletia diretamente no barateamento dos bens estrangeiros. É preciso notar ainda que o esquema de valorização durante a década, embora ajudasse a manter a renda e a demanda do setor cafeeiro, apresentou também seus aspectos negativos. Financiado por capital estrangeiro, ele fornecia divisas estrangeiras que eram convertidas em importações competitivas.

Mesmo com alguns avanços, a industrialização após a primeira guerra foi muito pequena se comparada com a da segunda guerra mundial e mesmo após a crise de 1929. Após a primeira guerra, as estruturas da economia brasileira continuavam baseadas na agricultura, o que pode ser verificado na tabela abaixo.

TABELA 13 : DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR OCUPAÇÃO (%)

SETORES	1920	1930
Setor primário	69,7	67,0
Setor Secundário	13,8	14,8
Setor Terciário	16,5	18,2

FONTE: MAURO, 1976.

Observa-se que o setor primário continuou preponderante e as porcentagens pouco se modificaram . Além disso, embora 13,8% da força de trabalho estivessem engajadas na indústria, "...muitas firmas se assemelham mais a barracos de artesãos do que às empresas industriais, e muitas apresentavam um artesanato rural." (MAURO, 1976:336)

Na realidade, a partir de 1920, o Brasil sofre novamente a concorrência poderosa dos produtos americanos e europeus. A preocupação maior do governo era proteger a agricultura e a exportação do café e essa política significou retardar o desenvolvimento industrial. Em resumo, o grande responsável pelo atraso industrial, durante o período da primeira república, foi a proteção e o dimensionamento do setor cafeeiro, fazendo com que o café fosse a parte central da economia brasileira.



## CONCLUSÃO

Este trabalho procurou demonstrar a evolução da industrialização brasileira do período colonial até a primeira república. Nota-se que no período colonial não houve qualquer desenvolvimento industrial, pelo simples fato de que a política em vigência no Brasil era a do pacto colonial, ou seja, que o Brasil – colônia - teria que fornecer para Portugal – Metrópole - todos os produtos primários produzidos neste período e em troca Portugal fornecia produtos manufaturados para o Brasil. Essa política, e as diversas restrições econômicas por parte de Portugal, fez com que o Brasil nos primeiros séculos de colonização fosse somente um fornecedor de matérias-primas para o mercado externo.

A economia brasileira, por ser fornecedora de matérias-primas, se desenvolveu através de ciclos econômicos, sendo que cada ciclo teve sua importância distinta. Através do ciclo do açúcar foi possível formar a sociedade brasileira, na qual o Senhor do Engenho era possuidor de uma certa autonomia política e econômica. O ciclo do ouro, embora tenha durado pouco, possibilitou o povoamento do interior, ocorrendo a formação de cidades nestas localidades. O ciclo do café, por possuir uma alta rentabilidade durante um longo período, criou um excedente de capital, que pode ser utilizado no desenvolvimento industrial brasileiro.

Embora os ciclos tenham tido um papel fundamental na economia brasileira, eles fizeram com que a dependência econômica se acentuasse cada vez mais, fazendo com que as atividades econômicas e políticas da colônia estivessem sempre centralizadas no produto cíclico em evidência. Com isso, não foi possível no período colonial criar uma indústria.

Mesmo depois da independência não foi possível desenvolver a indústria brasileira, pois para que a Inglaterra pudesse aceitar a situação de país independente o Brasil teve que elaborar vários tratados de comércio, o que relegou novamente a indústria nacional ao segundo plano.

A partir de 1850, com a abolição do tráfico negreiro e com a vinda do capital externo, foi possível criar infra-estruturas adequadas para o desenvolvimento industrial. Entretanto, este impulso não foi o suficiente. A indústria necessitava de políticas econômicas eficazes, pois as políticas protecionistas que estavam em vigência não visavam o desenvolvimento industrial, mas, sim, um aumento na arrecadação para melhorar a balança comercial.

Somente na primeira república é que se inicia o crescimento da indústria brasileira como subproduto das exportações do café. Muitos fatores contribuíram para isso, como a transformação da estrutura política, econômica e social do país, as mudanças da economia mundial e o advento da I Guerra Mundial, modificações nas relações do Brasil com seus parceiros de comércio e investimentos, e mudanças nos pontos de vista do governo sobre os problemas e necessidades do país.

Neste sentido, no período da Primeira República houve uma maior preocupação no desenvolvimento das fábricas já instaladas, através do incremento do número de operários, produção e produtividade, do que na instalação de novas fábricas. A industrialização brasileira no período republicano não pode ser caracterizada como determinante para o posterior “boom” do crescimento industrial no país, ocorrido após a crise de 1929 e nos anos do governo militar, mas lançou as bases de uma economia objetivando a substituição das importações por meio da formação da indústria local. Entretanto, as políticas governamentais visavam, antes de tudo, assegurar a reprodução do capital cafeeiro, fato este que condicionou o Brasil a uma posição subordinada na economia mundial até 1930.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**ALBUQUERQUE, M. M. Pequena história da formação social brasileira.** Rio de Janeiro: Graal, 1981

**ABREU, M. P. A ordem do progresso: 100 Anos de Política Econômica Republicana.** Rio de Janeiro: Campus, 1990;

**ANPEC. Formação econômica do Brasil – a experiência da industrialização.** São Paulo: Saraiva, 1978;

**BAER, W. A economia brasileira.** São Paulo: Nobel, 1985;

\_\_\_\_\_. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985;

**BRUM, A. J. Desenvolvimento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985;

**BUESCU, M. Evolução econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: APEC, 1974

**CASTRO, A. B. 7 ensaios sobre a economia brasileira.** São Paulo: Forense, 1969;

**CERVO, A. L.; BUENO, C. A política externa brasileira (1822-1895).** São Paulo: Aticá, 1986;

**FERNANDEZ, O. L. A evolução da economia brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980;

**FURTADO, B. M. Síntese da economia brasileira.** Rio de Janeiro: Afiliada, 1988;

**FURTADO, C. Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 2003;

\_\_\_\_\_. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972;

\_\_\_\_\_. **A fantasia organizada**. São Paulo: Paz e Terra, 1985;

\_\_\_\_\_. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962;

\_\_\_\_\_. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga S.A., 1969;

\_\_\_\_\_. **Criatividade e dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1978;

FREIRE, J. S. **Para onde vai o Brasil? grandezas e misérias do nosso desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista, 1959;

GOLDSMITH, R. W. **Brasil 1850-1984: Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação**. São Paulo: Harper&How do Brasil, 1985;

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil 1550-1988**. Rio de Janeiro: Séries econômicas e demográficas, 1990.

LIMA, H. F. **Formação industrial do Brasil (Período Colonial)**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961;

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961;

MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. **História Econômica**. São Paulo: Saraiva, 1986;

MAURO, F. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1997;

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil a crise do antigo sistema colonial (1777/1808)**. São Paulo: Hucitec, 1985;

NEUHAUS, P. **Economia brasileira – Uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980;

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977;

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974;

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966;

SIMONSEN, R. **A evolução industrial do Brasil**. São Paulo: Federação das indústrias do Estado de São Paulo;

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil: 1500/1820**. São Paulo: Nacional, 1977;

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976;

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira, origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986;

SZMRECSÁNYI, T. **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996;

TAVARES, M. DA C. **Da substituição das importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977;

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política de governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975;

WEHLING, A.; Maria, J. C. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.